

Mariana: Governo recua e diz que pedágio da BR-356 pode não ir adiante



O secretário de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), Pedro Bruno Souza, falou pela primeira vez que o lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo de Minas - que compete o trecho entre Nova Lima, na Região Metropolitana, e Rio Casca, na Zona da Mata - pode não ser executado.

“Uma das razões do projeto não ter ido adiante e, temos a previsão, até, de não levar esse projeto adiante, é em decorrência das tratativas de recursos. Uma das potenciais fontes pode ser o acordo [de repactuação] quando ele vier a ser firmado”, frisa o gestor da Seinfra.

O pronunciamento foi feito durante audiência de prestação de contas, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na terça-feira (27), após o deputado Thiago Cota cobrar empenho para que a duplicação da via não prejudique o cidadão.

“Acredito que é extremamente viável e legítimo que a repactuação com a Vale/BHP custeie a duplicação na forma de compensação pelo rompimento da barragem da Samarco”, frisa. O parlamentar é crítico da cobrança de pedágio na região, visto que Mariana e Ouro Preto são cidades mineradoras, com alta geração de renda para o estado.

Em proporções diferentes, ambos os municípios foram atingidos pela tragédia de 2015. As cidades da Zona da Mata também sofrem consequências, já que fazem parte da bacia do rio Doce.